

Santana, Jessé & Neves, Maria (2015).
As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente.
Millenium, 48 (jan/jun). Pp. 75-93.

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE

LINGUISTIC VARIATIONS AND THEIR IMPLICATIONS IN THE TEACHING PRACTICE

JESSÉ OVÍDIO DE SANTANA ¹

MARIA DO BOM PARTO FERREIRA DAS NEVES ²

¹ Graduado em Pedagogia pela Faculdade Guararapes
e Especialista em Prática Pedagógica Aplicada à Língua Portuguesa pela FUNESO.
Professor da rede de Ensino Fundamental da Prefeitura do Recife em Pernambuco – Brasil.
(e-mail: jessedosanjos@ig.com.br)

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Guararapes
e Professora de Inglês, Especialista em Ensino de Língua Inglesa e uso de Novas Tecnologias – Brasil.
(e-mail: professoramarianeves@r7.com)

Resumo

As variações linguísticas constituem, junto com o português padrão, a Língua Portuguesa do Brasil, falada por mais de 190 milhões de brasileiros (IBGE, 2010). A diversidade de linguagem presente na população contribui para a complexidade das diferentes falas. No entanto, muitas vezes, durante o ensino da língua materna, essas diferenças são desprezadas e consideradas um desvio da norma padrão. Através de uma pesquisa de cunho investigativo, com revisão bibliográfica de autores renomados na temática, o presente artigo busca discutir as implicações das variações linguísticas no ensino da Língua Portuguesa, nos anos iniciais de escolaridade, destacando a importância do combate ao preconceito linguístico e fundamentando epistemologicamente a influência da escola na sua propagação. Buscamos definir, ainda, os conceitos de variação linguística e de Português padrão e apresentar os fatores que influenciam o ensino da variação linguística.

Palavras-chave: docência, Língua Portuguesa, práxis, variações linguísticas.

Abstract

The linguistic variations, together with the Standard Portuguese Language, establish the Portuguese Language of Brazil, which is spoken by more than 200 million Brazilians (IBGE, 2010).

The population's language diversity contributes to the complexity of different ways of speaking. However, most of the time, during the mother tongue teaching, those differences are not appreciated and still are considered a deviation of the standard rule. Through an investigation research, with literature review of well-known authors in this subject, this article discusses the implications of linguistic variations teaching and its difficulties in elementary school years, highlighting the importance of fighting against the linguistic prejudice and showing school's influence on their spread. We seek yet to define the concepts of linguistics variations and standard rule and present the factors that influence the teaching of linguistic variation.

Keywords: teaching, Portuguese Language, praxis, linguistic variations.

Introdução

A comunicação é uma das principais funções da língua. Através dela os homens se desenvolvem, argumentam, perguntam, ensinam e instruem outros. A língua faz parte da nossa identidade e da nossa cultura e está presente nas experiências do nosso cotidiano. Com a invenção da escrita, a humanidade deixou o período da pré-história e passou a fazer História. Foi um divisor de águas, pois com o uso da escrita pôde perpetuar-se o conhecimento já adquirido e multiplicá-lo para que outras pessoas aprendessem.

O Brasil recebeu de seus colonizadores a Língua Portuguesa e hoje, segundo o IBGE, (2015) - Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 200 milhões de brasileiros falam esse idioma, já temperado com dezenas de variedades, o que enriquece nossa língua há 512 anos. No entanto, muitas coisas mudaram nesses cinco séculos, e a Língua Portuguesa ganhou novas palavras, perdeu outras, por ocasião de desuso, e recebe constantemente a influência dos empréstimos linguísticos de outras culturas. Porém, um país com dimensões continentais e com tamanha diversidade cultural, é acometido também por diferenças marcantes que vão desde as diferentes classes sociais até àquelas ligadas às relações etno-raciais. Portanto, seria impossível que não

existissem variações que acompanhassem essa evolução da sociedade e, sobretudo, da língua, e daí o surgimento das mais diversas variedades linguísticas, tal como aconteceu com a Língua Portuguesa, que surgiu depois de inúmeras reformulações do Latim.

Atualmente, é nas escolas que podemos notar uma ocorrência mais acentuada desse fenômeno, principalmente nos anos iniciais de escolaridade, uma vez que os estudantes trazem uma bagagem linguística bem mais recheada dessas variedades, e é nessa fase que se tem o primeiro contato com a língua padrão. É nesse período que o docente se vê em conflito com seu saber e sua prática, realizando intervenções que podem ser desrespeitosas e preconceituosas em relação às variações linguísticas. É necessário que esses docentes possam entender que falar diferente da norma considerada “padrão” não é errado, tal como discute Bagno (2008).

As escolas brasileiras preocupam-se em ensinar aos estudantes como devem falar de acordo com a norma padrão. Sem a preocupação da reflexão e do embasamento teórico, perde-se a oportunidade de pensar que a forma como se fala é uma variação da língua e que existe uma língua oficial para a escrita ou para momentos sociais em que esta seja necessária, uma vez que se precisa de formalidade. Saber identificar que momentos são estes e qual variação se pode utilizar irá provocar reflexões no estudante sobre o modo de agir e pensar em relação à sua fala e mesmo às variedades linguísticas das quais dispõe, conscientizando-o de que nenhuma variação é melhor ou pior que a outra, mas sim, diferente. Práticas de reflexão e conscientização como essas contribuirão, certamente, para desarraigar de nossas escolas, dos docentes e dos estudantes o preconceito linguístico.

1. A utopia do monolinguísmo

Quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, os índios já habitavam nossas terras. Estes índios falavam diversas línguas, entre elas o tupi. Com a colonização das terras, a Língua Geral, que nada mais era que a mistura do Tupi com o Português, era a forma de comunicação mais usada. Em 1757, o Marquês de Pombal decreta a proibição da Língua Geral e “oficializa” a Língua Portuguesa com o objetivo de alcançar o monolinguísmo. Apesar desta ação e de muitos acreditarem que no Brasil fala-se somente uma língua, sabemos que esta afirmação não é verdadeira, pois a Língua Portuguesa apresenta grande variação de região para região, de estado para estado, sem esquecer a língua indígena que é, ainda, usada por diversas tribos, e sem esquecer também a língua das dezenas de colônias de imigrantes que vivem pelo país, tal como afirma Bagno (2008, p. 27), ao lembrar-nos de que o Brasil é um lugar onde:

(...) são faladas mais de dezenas de línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes

européus e asiáticos, língua surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças com os países vizinhos, além de falarem diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravista.

Para o monolinguísmo existir só deveria haver uma língua falada por todos e da mesma forma. Tal contexto autoriza Bagno (2008, p. 27), a dizer que “o monolinguísmo é uma ficção”, embora isso ainda seja uma ideia que circula entre muitos brasileiros, inclusive os docentes, que seriam os principais atuantes contra este mito. O fato é que a Linguística Moderna já defende que “não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea” (Bagno, 2008, p. 27). Ele ainda defende que “o português europeu, obviamente, não é nem nunca foi uma língua homogênea e uniforme: apresenta dialetos regionais bem distintos uns dos outros, além de variação social” (*Ibid*, 46).

Tendo conhecimento da não uniformização do português europeu, fica inviável cobrar que os falantes brasileiros cheguem a um patamar não atingido pelos portugueses. Para Geraldi (1997, p. 50), “língua é o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como heterogêneas. Isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua”, e assim, segundo a definição do autor, fica claro que mesmo possuindo variação, uma língua continuará exercendo seu papel em uma determinada sociedade, o que não a tornará melhor ou pior que outras. Quando se trata do ser humano, a homogeneidade é quase inatingível. Segundo Marcuschi (2007, p. 43),

(...) toda vez que emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relação linguísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção da língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível à mudança), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situação de uso concretas, com texto e discurso.

Para Freire (2007, p. 150), as línguas também possuem também heterogeneidade:

(...) é importante termos em mente que as línguas são heterogêneas, não são sistemas perfeitos, prontos, acabados. Pode haver nelas heterogeneidade de origem externa ou interna à língua, e a heterogeneidade de um tipo pode gerar também heterogeneidade do outro tipo

Muitas coisas mudam, adaptando-se à necessidade da vida cotidiana dos sujeitos, criam-se coisas novas para uma necessidade que, há tempos atrás não era imprescindível, como o uso do celular ou computador. O mesmo acontece com a língua, que perde e ganha novas palavras com o passar dos anos. Porém este fato não a deixará pobre, uma vez que a proporção de criação de novas palavras é em ritmo muito mais veloz do que o desuso de certas palavras, pois “a língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo” (Bagno, 2008, p. 136). Ou seja, a língua é uma parte efetiva da linguagem que compõe um princípio individual, porém não é determinada por um único ser, e sim por um grupo social, tornando-se produto do meio.

A Língua Portuguesa no Brasil apresenta diferentes estilos, principalmente se comparada à língua falada em Portugal. Segundo Terra (2008, p. 64), “a diferença mais perceptível é de ordem fonética, ou seja, na maneira de produzir os sons da língua”. Bom exemplo disso são as palavras “beijo” e “favor” que, em Portugal, se pronunciam diferente.

Outras diferenças estão relacionadas com a semântica, isto é, com o significado das palavras, como “autoclismo” que significa “Caixa de descarga de águas privada” e “hospedeira de bordo”, que quer dizer “aeromoça”. Algumas palavras que são comuns aos brasileiros, em Portugal gerariam certa estranheza, como nos assegura Terra (2008, p. 64), quando diz que:

(...) vocábulos de origem indígena e africana, como “maloca”, “macumba”, vatapá, etc., muitos comuns para nós, não são tão comuns para os portugueses, uma vez que a língua falada por eles, por razões históricas, não recebeu contribuições dos povos indígenas e africanos.

No Brasil, as variações linguísticas presentes carregam suas riquezas, heranças culturais e representam a identidade do povo brasileiro. Pela individualidade de cada povo, essas variações podem sofrer influência de vários fatores, pois “esse caráter individual da fala é responsável pela diversidade da língua: cada falante acaba

utilizando-a de maneira peculiar, de modo que a forma utilizada por um falante individualmente é diferente da utilizada pelos demais” (Terra, 2008, p. 84).

Para Mussalin & Bentes (2006, p. 34), “de uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica ou (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”. As autoras ainda asseguram que:

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores e que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala (Mussalin & Bentes, 2006, p. 34).

Esses tipos de variações ficam evidentes quando se escuta um falante da região sul e um da região nordeste, inclusive atribuindo nomes diferentes para o mesmo substantivo, como no sudeste chamam a mandioca de *aipim* e no nordeste chamam de *macaxeira*.

Em relação aos aspectos sociais, as autoras supracitadas destacam que fatores como a classe social, idade, sexo, situação ou contexto social são determinantes nesse processo. É neste momento que o conhecimento da sociolinguística, ciência que estuda a língua falada dentro de um contexto social, se torna importante para o entendimento desse fenômeno que ocorre em nosso cotidiano linguístico.

Estar ciente disso é fundamental para que se compreenda que o monolinguísmo não passa de um sonho irrealizável pelo falante de qualquer idioma. A variação existente na Língua Portuguesa é um fato mais que normal em se tratando de um idioma falado por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo, de diferentes realidades, porém com o mesmo propósito de ter uma língua oficial que, apesar de algumas diferenças na fala, possui uma unidade, o que a torna compreensível para todos.

2. O conceito de erro: a fala e a escrita e o ensino da Língua Portuguesa

Nem tudo que se escreve se fala, nem tudo que se fala se escreve. Em nosso cotidiano, empregamos a linguagem informal ou coloquial. Usamos na linguagem oral as palavras sem nos preocuparmos com o formalismo, e elas raramente serão escritas em um texto, pois “nesse caso, o falante não está preocupado com o que é ‘certo’ ou ‘errado’ segundo as regras ditadas pela comunidade” (Terra, 2008, p. 84). Já na escrita acontece o oposto, a preocupação torna-se evidente, pois ela precisa ser planejada,

elaborada e completa. Mas também muitas palavras escritas não são utilizadas em nosso cotidiano.

Historicamente a língua surgiu muito antes da escrita (Marcuschi, 2007). Ela é uma manifestação da prática social, e está presente em todos os contextos sociais de nossas vidas. A criança em seus primeiros anos de vida aprende primeiro a falar, pois essa é uma das formas de comunicação que possibilitará sua socialização.

Marcuschi (2007, p. 18) diz que “mais do que uma decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso da língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização”. O autor afirma ainda que “a oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia”, já que a língua é e sempre será a abertura à razão, à identidade social, cultural, regional, grupal dos sujeitos, pois a língua é socialmente desenvolvida e moldada (*Ibid*, p. 36).

Mas, tanto a língua quanto a gramática percorrem um caminho paralelo, pois, “assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representações cognitivas e sociais que se revelam em práticas específicas” (Marcuschi, 2007, p. 35). O que acontece com a oralidade, também ocorre com a escrita. Neste caso, da mesma forma que devemos utilizar uma linguagem falada adequada a um determinado contexto, a escrita também pode adequar-se a casos específicos.

Mesmo antes de os sujeitos serem submetidos a um processo sistemático de alfabetização, as pessoas convivem com determinadas situações de leitura e escrita que contribuem para o aperfeiçoamento de seu processo de letramento. A convivência diária com símbolos, propagandas, cartazes, nomes de ruas, placas, avisos, jornais, revistas, livros etc., faz com que o sujeito se familiarize com o texto escrito e compreenda o significado.

Para Marcuschi (2007, p. 25), “letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita”. Soares (2002, p. 2) define letramento como “o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento”. O letramento está presente no cotidiano das pessoas, em diversas formas do uso da escrita, possibilitando a compreensão da informação, sem necessariamente precisar decodificar as palavras.

A fala ocorre através de um processo natural, é apreendida por meio da tradição oral e tem caráter funcional, é inovadora por suas tendências livres (Bagno 2004). Koch (2007) defende a ideia de que a fala apresenta características distintas, como ser incompleta, não planejada, fragmentária, pouco elaborada, ter predominância de frases curtas, e com pouco uso de passivas. Porém, a fala é estigmatizada e

marginalizada por não obedecer sempre à norma padrão, principalmente quando falada pelas classes populares.

Para Koch (2007), a escrita também apresenta características distintas, pois ela é planejada, completa, não fragmentária, elaborada, predomina-se frases complexas e subordinação abundante. É oficial e prestigiada pelas classes dominantes, pois quem não a domina, muitas vezes é considerado um ignorante. É quando a língua parece ser um fator de exclusão. Para Marcuschi (2007), a escrita tornou-se opressora e fator de exclusão social, sendo imposta, assumindo um papel privilegiado na sociedade e parte desse princípio quando destaca que a escrita também está presente em diversos contextos de nossas vidas, como no trabalho, na família, na escola, etc. A língua escrita é um conjunto de símbolos que podem ser interpretados de várias formas de acordo com uma série de fatores. Ela serve de registro permanente, sendo utilizada para a transmissão do saber e da cultura, possibilitando a facilidade de leitura de documentos e livros (Bagno, 2004). Na escrita, a gramática que se usa é apenas uma das variações existentes na Língua Portuguesa, só que, neste caso, esta é considerada padrão. “A língua escrita é a manifestação formal do letramento e sua aquisição se dá através dos meios formais: a escola” (Marcuschi, 2007, p. 18). Por ser adquirida nesse contexto, “apresenta um caráter prestigioso e torna-se um bem cultural desejável (*Ibid.*, p. 18). O autor ainda afirma que os usos da escrita, no entanto, quando arraigados numa dada sociedade, impõem-se com uma violência inusitada e adquirem um valor social até superior à oralidade (Marcuschi, 2007, p. 17).

Cada contexto exige um uso da escrita de formas variadas e, por isso, “inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas” (Marcuschi, 2007, p. 19). Determinar a superioridade de uma sobre a outra seria um terrível engano, pois há vários aspectos que devem ser considerados, além dessa relação que não é solidamente ligada e também não é imutável.

O debate em questão é a ideia arcaica em que nossa gramática está se sepultando, dissipando-se nas escolas, pois muitas regras gramaticais ainda correspondem à norma padrão de Portugal, o que a torna totalmente obsoleta e diferente do que se fala e se escreve no Brasil, forçando a memorização de regras fixas, que não acrescentam nada às nossas vidas. A esse respeito, Cagliari (2007, p. 37) afirma que:

A escola comumente leva o aluno a pensar que a linguagem correta é a linguagem escrita, que a linguagem escrita é por natureza lógica, clara, explícita, ao passo que a linguagem falada é por natureza mais confusa, incompleta, sem lógica, etc., nada mais falso. A fala tem aspectos contextuais e

pragmáticos que a escrita não revela, e a escrita tem aspectos que a linguagem oral não usa.

Esse é um dos principais motivos que contribuem para a construção social da ideia de que falar português é difícil. Conhecer e entender uma gramática normativa é realmente complicado, no entanto, usar a Língua Portuguesa para se comunicar oralmente, independentemente de sua variação, todos conseguem. Assim, faz-se urgente e necessário identificar até onde vai a gramática, que, com as suas regras, estabelece a norma padrão, e até onde vai a língua, que, ao ser falada na comunicação coloquial do dia a dia, muitas vezes dispensa o uso dessa norma padrão. Não se podem desprezar centenas de falantes por não seguirem a gramática.

O que existe, de um lado, em termos de representação ou imaginário linguístico, é uma norma padrão ideal, inatingível, e do outro lado, em termos de realidade linguística e social, a massa de variedades reais, concretas, como se encontram na sociedade (Bago, 2004, p. 161).

Uma língua pode existir sem gramática, apesar disso, não existe gramática sem uma língua anterior existente. E por que esta falsa concepção que a língua é subordinada a gramática? O universo linguístico do português brasileiro é tão rico, mas esta riqueza ficou de fora da gramática para não comprometer a soberania nacional da escrita padrão, a qual não permite introdução da linguagem popular. Logo, as variações linguísticas, que tanto fazem parte da cultura dos falantes brasileiros, foram e são excluídas de sua própria língua.

Mesmo com toda esta pressão que a língua sofre em consequência da gramática, o que se escuta Brasil afora são variações da língua. É imprescindível rever a forma que abordamos em sala de aula os diversos tipos de variações linguísticas, pois na verdade nem uma variação é melhor que outra.

3. O ensino das variações linguísticas nos anos iniciais

As aulas de Língua Portuguesa costumam centrar-se no ensino da gramática, ensinando centenas de regras, que muitas vezes se distanciam da realidade dos falantes brasileiros. Com isso, causam certa antipatia por parte dos estudantes, pois eles se sentem como aprendizes de um idioma estrangeiro que, por mais que se esforcem, dificilmente chegarão à fluência. Para Antunes (2003, p. 40):

O conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções e regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática. Teorias linguísticas do uso da prosódia, de morfossintaxe, da semântica, da pragmática, teorias do texto, concepções de leitura, de escrita, concepções, enfim, acerca do uso interativo e funcional das línguas, é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português.

Para Terra (2008), “a gramática normativa apresenta características semelhantes aos códigos de natureza ética ou moral, que nos impõem o que devemos ou não fazer, o que é permitido e o que é proibido” (Terra, 2008, p 53). Sendo assim, parece tornar o ensino autoritário e descontextualizado com a prática linguística de muitos estudantes, que têm que decorar as regras para realização de uma prova, mas que, na sua vida, muitas delas não serão utilizadas.

De que adianta ter centenas de regras gramaticais, as quais não representam o modo como a grande massa dos falantes brasileiros usa a língua? Muitas dessas regras, no entanto, para os dias atuais, são obsoletas. É o que pensa Terra (2008, p. 59) quando nos diz que:

Dado o caráter estático da norma e o caráter dinâmico da fala, a distância entre ambas é, em cada momento maior. A fala, por ser a realização concreta da língua, representando sua diversidade, evolui a cada instante, acompanhando as transformações da sociedade.

Ensina-se a língua portuguesa como se fosse só gramática, tudo que uma língua tem de riqueza e dinamismo é posto em segundo plano. Alguns professores questionam: por que os estudantes não gostam da Língua Portuguesa? “O que a escola ensina não é a língua, mas a nomenclatura. As aulas de Língua Portuguesa costumam se caracterizar por ensinar o nome das coisas” (Terra, 2008, p 79). Pressupõe-se que o mais importante da língua não é ensinado. O seu uso social e a funcionalidade entre os homens que a utilizam parecem não ser lembrados durante as aulas.

Estas mesmas aulas de português, quando dispõem de tempo para o ensino das variações linguísticas, o fazem de maneira intolerante, como aponta Bagno (2008, p. 16):

É preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação (e mudança) linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados.

Considerando as variações como algo que compromete a existência da Língua Portuguesa, os próprios livros didáticos contribuem para agravar esta situação, favorecendo umas variações e criticando outras. Bagno (2008, p. 16) defende que:

Todos os aprendizes devem ter acesso às variedades linguísticas urbanas de prestígio, não porque sejam as únicas formas “certas” de falar e de escrever, mas porque constituem, junto com outros bens sociais, um direito do cidadão, de modo que ele possa se inserir plenamente na vida urbana contemporânea, ter acesso aos bens culturais mais valorizados e dispor dos mesmos recursos de expressão verbal (oral e escrita) dos membros das elites socioculturais e socioeconômicas.

O ensino da Língua Portuguesa necessita com urgência de uma reorganização, não só no ensino das variações linguísticas, como em todas as áreas, como defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (PCNs):

Essas evidências de fracasso escolar apontam à necessidade de reestruturação do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de encontrar formas de garantir, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 19).

A escola não pode discriminar o estudante pelo seu jeito de se comunicar. Pois, essa maneira de falar representa muito mais que um processo comunicativo, é a identidade do falante. Nela, é possível perceber de onde vem este falante, a que classe social pertence, que cultura possui, etc.

É de grande relevância para o falante do português saber identificar e diferenciar sua variação linguística das demais, não para desprestigiar, e sim para

respeitar e encantar-se com a riqueza que a língua materna possui. É uma das propostas dos PCNs da Língua Portuguesa dos anos iniciais:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 15).

O conhecimento das diversas variações linguísticas também possui sua finalidade para a compreensão da linguagem do cinema, teatro e telenovelas, para a caracterização do modo de falar dos personagens, que muitas vezes o fazem de forma exagerada e totalmente diferente da realidade, por falta de informação ou intencionalmente. Um bom exemplo disso são os sotaques dos personagens nordestinos exibidos nas novelas, que muitas vezes são exagerados e tornam-se cômicos, representando quase sempre pessoas de classes populares e notadamente com pouco nível de instrução. Segundo Bagno (2008) esse sotaque deve ser de um nordestino de marte.

Por conta desta ação e do ensino discriminatório, é que o preconceito linguístico vem se expandindo. Com a mesma importância que o ensino da norma padrão representa para qualquer cidadão no seu uso social, as variações não padrão também estão presente. Durante o dia e, dependendo de com quem se fala, é necessário mudar o jeito de falar para ser compreendido. É o que acontece com os inúmeros gêneros textuais, cada um com sua função para auxiliar a escrita.

O direito que é dado para todos aprenderem a norma padrão deve ser o mesmo para o ensino das variações. O estudante não pode em momento algum sentir-se linguisticamente inferior, nem superior às outras variações, pois “diferença não é deficiência nem inferioridade” (Bagno, 2008, p. 29). O autor ainda defende que:

Seria mais justo e democrático explicar ao aluno que ele pode dizer “bulacha” ou “bolacha”, mas que só pode escrever bolacha, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito (Bagno, 2008, p. 69).

O que se espera da escola e dos docentes é uma mudança nesta concepção do que é ensinar uma língua para o próprio falante do idioma. Que deixe de olhar para a gramática como se fosse um livro sagrado e olhe mais para os estudantes de língua Portuguesa, não como assassinos da língua, mas sim continuadores. A falta de conhecimento dos docentes e das escolas de ciências como a Linguística e a Sociolinguística deixa o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa intolerante. A definição de Linguística, segundo Cagliari (2007. P. 42) é:

(...) a linguística é o estudo científico da linguagem. Está voltada para a explicação de como a linguagem humana funciona e de como são as línguas em particular, quer fazendo o trabalho descritivo usando os conhecimentos adquiridos para beneficiar outras ciências e artes que usam de algum modo, a linguagem falada ou escrita

É imprescindível que os estudantes aprendam seu idioma de forma lúdica quando for possível ou de maneira prazerosa. Que não se considerem incapazes de falar sua própria língua e que vejam que a comunicação humana é um instrumento tão poderoso, que pode até resolver conflitos ideológicos, políticos e sociais quando se faz necessário um diálogo.

É nítido que não só o ensino das variações linguísticas, como o de toda Língua Portuguesa está acontecendo de forma descontextualizada, para não dizer errada.

É o que Cagliari (2007) mostra:

Neste país, o aluno passa 8 anos na escola de 1º grau, 3 anos na de 2º grau e pode passar mais 4 anos na faculdade, sem contar o ano de cursinho preparatório e as reprovações [...] e, se um especialista em problemas relacionados à Língua Portuguesa fizer uma pesquisa séria para ver o que esse aluno aprendeu em mais de uma década de estudos, sem dúvidas ficará decepcionado. Então o que o aluno faz nesses anos todos de escola? Será que o ser humano precisa de tanto tempo para aprender tão pouco? O que está errado nesta história? (Cagliari, 2007, p. 23).

Parece que a parte pedagógica do ensino não se importa com a bagagem que o estudante tem linguisticamente desde que entra na escola. É como se ele tivesse que esquecer tudo que já aprendeu socialmente sobre Língua Portuguesa e tenha que

aprender outra língua que nada tem a ver com a forma que ele se expressa. É fundamental que o docente assuma o papel de estudioso, investigador, cientista, buscando construir o próprio conhecimento da língua, assumindo uma postura crítica que consequentemente o auxiliará a ressignificar sua prática, pois segundo Bagno (2008, p. 115), como docentes devemos:

(...) acionar nosso sendo crítico toda vez que nos depararmos com um comando gramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes. Da parte do professor em geral, (...) essa mudança de atitude deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: a norma culta.

A escola e os docentes, principalmente dos anos iniciais, estão tão incutidos da norma padrão, que parecem acreditar que sua principal função é ensinar a criança a falar segundo essa norma. É um terrível engano que podemos cometer se aderirmos essa ideia, quando sabemos que isso não corresponde ao que nos diz os PCNs:

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o faz, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos – por não ser coincidente com a variação linguística de prestígio social, com a esperança de evitar que escrevesse errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada. (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 48)

Se fosse assim, o estudante chegaria ao ambiente escolar mudo e, com o avançar das séries, começaria a falar como o que acontece com quem está aprendendo um novo idioma, como aponta Cagliari (2007, p. 83):

Para o aluno, o respeito às variedades linguísticas muitas vezes significa a compreensão do seu mundo e dos outros.

Um aluno na escola não pode chegar à conclusão que seus pais são “burros” porque falam errado, não pode achar que as pessoas de sua comunidade são incapazes porque falam errado, não têm valor porque falam errado, ao passo que a cultura só está com quem fala o dialeto padrão, que a lógica do raciocínio só pode ser expressa nessa variedade lingüística, que o bom, belo e perfeito só pode ser expresso através das “palavras bonitas” do dialeto-padrão.

Não se trata de uma apologia ao falar diferente da norma padrão, mas tão só de respeitar as variações que não seguem a normatização. Tendo em vista que toda sociedade se constitui da individualidade de cada um “não se trata de ensinar a falar ou a fala “correta”, mas sim as falas adequadas ao contexto de uso” (Secretaria de Educação Fundamental, 1997 p. 22).

Uma união entre um homem e uma mulher ganha mais credibilidade quando existe uma certidão de casamento. A escravidão só terminou com a assinatura da Lei Áurea. Como se percebe a sociedade dá um *status* de seriedade para a escrita. Por ter um papel muito relevante no mundo letrado, como nos diz Cagliari (2007, p. 96): “O ensino do português tem sido fortemente dirigido para a escrita, chegando mesmo a se preocupar mais com a aparência da escrita do que com o que ela realmente faz representar”.

Porém, não se pode esquecer que, da mesma forma que a escrita tem uma funcionalidade, a fala também tem. É o que afirmam os PCNs:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso ao saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 19)

Por isso o ensino da Língua Portuguesa concentra-se na escrita (produção textual, resolução de questões, leitura silenciosa). Já a fala raramente é trabalhada em sala de aula e quando acontece é de forma errônea, criticando a maneira como certo grupo social fala. Da mesma forma que não existe variação superior a outra, o mesmo

ocorre entre a escrita e a fala durante o ensino; as duas têm que ser coniventes no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que “pode-se perceber agora que o ensino da Língua Portuguesa não só é problemático pelo que se ensina, mas também é falho porque se deixa de ensinar muita coisa” (Cagliari, 2007, 48). As aulas de Língua Portuguesa podem dar o direito para o estudante falar, discutir seu idioma, brincar com a fonologia das palavras, como acontece com a escrita.

Diante dos pressupostos, entende-se que as variações linguísticas não são muito apreciadas pela escola, por apresentarem características que “promovem” o desvio da norma padrão, pois “a escola, como espelho da sociedade, não admite o diferente e prefere adotar só as noções de certo e errado, numa falsa visão da realidade” (Cagliari, 2007, p. 65).

Com essa premissa, como o professor dos anos iniciais pode ensinar a Língua Portuguesa, sem desvalorizar as variações linguísticas?

Aprender português (...) não é só aprender como a língua (e suas variedades) funcionam, mas também estudar ao máximo os usos linguísticos; e isso não significa só aprender a ler e escrever, mas inclui ainda a formação para aprender e usar as variedades linguísticas diferentes, sobretudo o dialeto-padrão. A escola dessa forma não só ensinaria português, como desempenharia ainda o papel imprescindível de promover socialmente os menos favorecidos pela sociedade (Cagliari, 2007, p. 83).

Geralmente, as variações linguísticas são alvo de discriminação, principalmente, por serem relacionadas à fala de pessoas das camadas sociais menos privilegiadas. A escola e o professor precisam demonstrar o respeito pela liberdade de expressão dessas pessoas e a língua precisa ser ensinada de forma a combater esse preconceito.

Os PCNs discutem que a língua deve ser também objeto de reflexão, apoiando-se em dois fatores: “a capacidade humana de refletir, analisar, pensar sobre os fatos e os fenômenos da linguagem, e a propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma, de falar sobre a própria linguagem” (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 53).

É possível fazer com que o estudante aprenda sobre a linguagem verbal e sobre os contextos sociais nos quais ela se aplica. Um dos principais objetivos do ensino da Língua Portuguesa nos primeiros ciclos é trabalhar com o estudante a capacidade de “participar de diferentes situações de comunicação oral, acolhendo e considerando as

opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar” (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 68).

A formação do sujeito está além da sala de aula, mas é nela que podemos intervir nesse processo, pois a partir do momento em que o estudante reflete sobre suas atitudes, ele também pode ter uma compreensão ampla dos fatores que implicam em determinadas situações que envolvam as variações linguísticas, se reconhecendo como agente transformador que pode e deve combater o preconceito linguístico. A escola pode e deve formar bons usuários da língua padrão, mas fazendo com que possam reconhecer e utilizar as variedades linguísticas, respeitando-as como característica de um determinado grupo social, tal como aponta Cagliari (2007, p. 84).

Se os alunos aprenderem a verdade linguística das variantes, geração após geração, a sociedade mudará seu modo de encarar esse fenômeno e passará a ter um comportamento social mais adequado com relação às diferenças linguísticas.

Com isso, teremos falantes conscientes da diversidade linguística da Língua Portuguesa, abolindo a intolerância e o desrespeito com as variações linguísticas.

Geraldi (1997) diz que miséria social e miséria de língua confundem-se. Essa frase nos faz refletir sobre o que acontece com vários brasileiros que se sentem miseráveis, por não ter o básico para sobreviver, e mais ainda, por não falar a língua padrão exigida pela gramática, que considera a sua forma de falar errada e que não pertence à língua portuguesa.

Milhares de pessoas são excluídas socialmente por não seguirem a normatização de uma determinada gramática, escolhida há séculos numa sociedade totalmente diferente da de hoje. Como nos afirma Bagno (2008, p. 29) “assim, tal como existem milhões de brasileiros sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros que poderíamos chamar de sem línguas”. Isso nos faz refletir sobre o nosso papel de docente e nossa prática em sala de aula e, também, sobre a nossa relação com os milhares de estudantes que deverão passar por nós, que refletirão nossos pontos de vista e nossas esperanças, pois que é através deles que poderemos combater o preconceito linguístico.

Considerações finais

As variações linguísticas trazem características próprias que enriquecem a pluralidade cultural do nosso país. É através delas que podemos nos expressar de diversas formas, aplicando-as em diversos contextos sociais.

Os docentes não podem desconsiderar a existência desse fenômeno, pois, diariamente, nos deparamos com ele em sala de aula. É importante estarmos cientes que o processo de intervenção faz parte de nossa responsabilidade, mas não podemos agir de forma inconsequente, tratando as variações como apenas um desvio da norma padrão, mas, pelo contrário, mostrando aos nossos estudantes que eles podem falar de diversas maneiras, de acordo com a ocasião, estando conscientes que a norma padrão é exigida nos contextos formais, e que se faz necessária sua utilização principalmente nos usos da escrita.

O preconceito linguístico existe, e cabe a nós sermos os primeiros interessados a combatê-lo. Precisamos mostrar aos nossos estudantes que, assim como existem pessoas diferentes, há falas diferentes, provocando reflexões acerca desse elemento e suas implicações para sua condição de cidadão.

Ao docente compete o papel de investir na sua formação, estudando, investigando, questionando, para buscar resultados que fundamentem seus argumentos em sala de aula, pois a partir do exercício da reflexão e da criticidade, ele poderá auxiliar na transformação e na formação de estudantes críticos e conscientes do respeito e da importância das variações linguísticas para a construção de sua identidade pessoal, cultural e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, Irlandé (2003). *Aula de Português: Encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial. (série Aula 1).
- Bagno, Marcos (1998). *Pesquisa na escola: o que é como se faz*. São Paulo: Loyola.
- Bagno, Marcos (2004). *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto.
- Bagno, Marcos (2008). *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?* São Paulo: Loyola.
- Cagliari, Luiz Carlos (2007). *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Scipione.
- Fiorin, José Luiz (2006). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto.
- Freire, Paulo (2007). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Geraldi, João Wanderley (1997). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática.
- IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Ver também IBGE, *Sinopse do Censo Demográfico 2010. População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010*. Disponível em:
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>.
- IBGE (2011) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf>.
- IBGE (2015). *População. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em 16/2/2015. Consultado em 6 jan. 2015.
- Koch, Ingedore Grunfeld Villaça (2007). *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- Lopes, Edward (2000). *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- Marcuschi, Luiz Antônio (2007). *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

- Morais, Artur Gomes de (2007). *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo: Ática.
- Mussalin, Fernanda & Bentes, Anna Cristina (2006). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Vol. 1*. São Paulo: Contexto.
- Saussure, Ferdinand de (1972). *Curso de Linguística Geral*. (20ª edição). São Paulo: Cultrix.
- Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação do Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ensino de primeira a quarta série. I. título*. Brasília: MEC/SEF. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>.
- Soares, Magda (2002). Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: *Educação e Sociedade*, v. 23, n.º 81, (dez 2002). Campinas.
- Terra, Ernani (2008). *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione.

Recebido: 14 de fevereiro de 2014.

Aceite: 26 de março de 2015.